



VICUNHA SIDERURGIA S.A.

NIRE n.º 33-30027072.8

CNPJ n.º 02.871.007/0001-04

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 20 DE MAIO DE 2005

(lavrada sob a forma de sumário, de acordo com a autorização contida
no parágrafo 1º do artigo 130 da Lei n.º 6.404/76)

DATA E LOCAL: 20 de maio de 2005, às 14 horas, na sede social da
Companhia, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na
Rua São José 20, 16º andar, grupo 1602, parte.

PRESENÇA: totalidade dos membros do conselho de administração.

COMPOSIÇÃO DA MESA: Jacks Rabinovich – Presidente
Eliezer Steinbruch – Secretário.

CONVOCAÇÃO: dispensada, tendo em vista a presença de todos os
acionistas.

DELIBERAÇÕES: foram aprovadas, por unanimidade de votos, as seguintes
deliberações:

1. Autorizar a emissão, pela Companhia, de debêntures não conversíveis em ações, com garantia real ("Debêntures"), nos termos da "Escritura Particular de Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis Com Garantia Real e Fidejussória da Segunda Emissão de Vicunha Siderurgia S.A." ("Escritura de Emissão"), com as seguintes características:
 - 1.1 *Número da emissão.* As Debêntures representam a 2ª (segunda) emissão de debêntures da Companhia.
 - 1.2 *Valor total da emissão.* O valor total da emissão é de R\$1.200.000.000,00 (um bilhão e duzentos milhões de reais) na Data de Emissão (conforme definido abaixo) ("Valor Total da Emissão").
 - 1.3 *Quantidade.* Serão emitidas 12.000 (doze mil) Debêntures.
 - 1.4 *Valor nominal.* As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$100.000,00 (cem mil reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal").



- 1.5 *Séries.* A emissão será realizada em série única.
- 1.6 *Forma.* As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Banco Itaú S.A. ("Instituição Depositária").
- 1.7 *Conversibilidade.* As Debêntures não serão conversíveis em ações.
- 1.8 *Espécie.* As Debêntures serão da espécie com garantia real, nos termos do item 1.8.1 abaixo e dos Contratos de Penhor. Adicionalmente, as Debêntures terão garantia fidejussória, nos termos do item 1.8.3 abaixo.
- 1.8.1 *Garantias reais.* Em garantia do fiel e integral cumprimento de todas as obrigações, pecuniárias ou não, principais e acessórias, referentes à Escritura de Emissão (incluindo a Fiança (conforme definido abaixo)) e a qualquer dos Penhores (conforme definido abaixo) ("Obrigações"), serão constituídas as seguintes garantias reais:
- I. penhor ("Penhor de Ações da CSN"), a ser constituído pela Companhia em favor dos titulares das Debêntures ("Debenturistas"), nos termos do "Instrumento Particular de Constituição de Penhor de Ações de Emissão de Companhia Siderúrgica Nacional", a ser celebrado entre a Companhia, o agente fiduciário da emissão ("Agente Fiduciário") e a CSN ("Contrato de Penhor de Ações da CSN"), sobre ações ordinárias nominativas escriturais e sem valor nominal de emissão de Companhia Siderúrgica Nacional ("CSN") de que a Companhia é titular, representativas de 15% (quinze por cento) do capital social votante e total da CSN, sendo o Penhor de Ações da CSN em primeiro grau sobre ações ordinárias nominativas escriturais e sem valor nominal de emissão da CSN representativas de 7% (sete por cento) do capital social votante e total da CSN e, em segundo grau, sobre ações ordinárias nominativas escriturais e sem valor nominal de emissão da CSN representativas de 8% (oito por cento) do capital social votante e total da CSN, que passará a ser em primeiro grau apenas a partir da data em que o Agente Fiduciário receber evidência a ele satisfatória da ocorrência da quitação integral dos empréstimos a serem concedidos à Emissora por Banco Pactual S.A., Banco Itaú BBA S.A. e Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. ("Coordenadores", "Obrigações Existentes" e "Data da Integral Quitação das Obrigações Existentes"), bem como outros direitos ali previstos (em conjunto, "Ações da CSN Empenhadas");
 - II. penhor ("Penhor de Ações da Companhia"), a ser constituído por Vicunha Aços S.A. ("Vicunha Aços") em favor dos Debenturistas, nos



termos do "Instrumento Particular de Constituição de Penhor de Ações de Emissão de Vicunha Siderurgia S.A.", a ser celebrado entre a Vicunha Aços, o Agente Fiduciário e a Companhia ("Contrato de Penhor de Ações da Companhia"), sobre ações ordinárias e ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, de emissão da Companhia de que a Vicunha Aços é titular, representativas de 100% (cem por cento) do capital social votante e total da Companhia, excluídas 6 (seis) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia, sendo o Penhor de Ações da Companhia em segundo grau, que passará a ser em primeiro grau apenas a partir da Data da Integral Quitação das Obrigações Existentes, bem como outros direitos ali previstos (em conjunto, "Ações da Companhia Empenhadas");

- III. penhor ("Penhor de Ações da Vicunha Aços"), a ser constituído por Vicunha Steel S.A. ("Vicunha Steel") em favor dos Debenturistas, nos termos do "Instrumento Particular de Constituição de Penhor de Ações de Emissão de Vicunha Aços S.A.", a ser celebrado entre a Vicunha Steel, o Agente Fiduciário, a Vicunha Aços e a Companhia ("Contrato de Penhor de Ações da Vicunha Aços"), sobre ações ordinárias e ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal de emissão da Vicunha Aços de que a Vicunha Steel é titular, representativas de 100% (cem por cento) do capital social votante e total da Vicunha Aços, excluídas 6 (seis) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal de emissão da Vicunha Aços, sendo o Penhor de Ações da Vicunha Aços em primeiro grau sobre ações ordinárias e ações preferenciais de emissão da Vicunha Aços representativas de 50,2% (cinquenta inteiros e dois décimos por cento) do capital social votante e total da Vicunha Aços e, em segundo grau, sobre ações ordinárias e ações preferenciais de emissão da Vicunha Aços representativas de 49,8% (quarenta e nove inteiros e oito décimos por cento) do capital social votante e total da Vicunha Aços, que passará a ser em primeiro grau apenas a partir da Data da Integral Quitação das Obrigações Existentes, bem como outros direitos ali previstos (em conjunto, "Ações da Vicunha Aços Empenhadas"); e
- IV. penhor ("Penhor de Ações da Vicunha Steel" e, em conjunto com o Penhor de Ações da CSN, o Penhor de Ações da Companhia e o Penhor de Ações da Vicunha Aços, "Penhores"), constituído por Dorothea Steinbruch e Eliczer Steinbruch ("Acionistas") em favor dos Debenturistas, nos termos do "Instrumento Particular de Constituição de Penhor de Ações de Emissão de Vicunha Steel S.A.", a ser celebrado entre os Acionistas, o Agente Fiduciário, a Vicunha Steel e a Companhia ("Contrato de Penhor de Ações da Vicunha Steel" e, em



conjunto com o Contrato de Penhor de Ações da CSN, o Contrato de Penhor de Ações da Companhia e o Contrato de Penhor da Vicunha Aços, "Contratos de Penhor"), sobre ações ordinárias nominativas e sem valor nominal de emissão da Vicunha Steel de que os Acionistas são titulares, representativas de 100% (cem por cento) do capital social votante e total da Vicunha Steel, excluídas 8(oito) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal de emissão da Vicunha Steel, sendo o Penhor de Ações da Vicunha Steel em segundo grau, que passará a ser em primeiro grau apenas a partir da Data da Integral Quitação das Obrigações Existentes, bem como outros direitos ali previstos (em conjunto, "Ações da Vicunha Steel Empenhadas").

- 1.8.3 *Garantia Fidejussória.* Vicunha Aços, Vicunha Steel, Dorothea Steinbruch, Benjamin Steinbruch, Ricardo Steinbruch, Elisabeth Steinbruch Schwarz, Eliezer Steinbruch, Clarice Steinbruch, Fábio Steinbruch e Léo Steinbruch (as pessoas físicas, denominadas "Fiadores Pessoas Físicas") e, em conjunto com a Vicunha Aços e a Vicunha Steel, "Fiadores"), obrigam-se-ão como fiadores e principais pagadores solidariamente responsáveis entre si e com a Companhia, pelo pagamento pontual das Obrigações pecuniárias, renunciando, neste ato, expressamente, aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 366, 821, 827, 829, 830, 834, 835, 837, 838 e 839 do Código Civil Brasileiro e 77 e 595 do Código de Processo Civil ("Fiança").
- 1.9 *Data de emissão.* Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures é 1º de junho de 2005 ("Data de Emissão").
- 1.10 *Prazo e data de vencimento.* O prazo das Debêntures é de 7(sete) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto em 1º de junho de 2012 ("Data de Vencimento").
- 1.11 *Colocação.* As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob o regime de garantia firme para a totalidade das Debêntures, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, não existindo reservas antecipadas, lotes mínimos ou máximos, devendo a distribuição ser efetivada de acordo com o resultado do procedimento de *bookbuilding* a que se refere o item 1.17.1 abaixo.
- 1.12 *Prazo de subscrição.* Respeitados o deferimento do pedido de registro na CVM, as Debêntures serão subscritas, a qualquer tempo, em até 6(seis) meses contados da data da publicação do anúncio de início de distribuição das Debêntures.
- 1.13 *Forma de subscrição e de integralização.* A subscrição será efetuada por meio dos procedimentos da Câmara de Custódia e Liquidação ("CETIP") e do



Sistema de Distribuição de Títulos – SDT. O pagamento do Preço de Subscrição (conforme definido abaixo) deverá ser feito à vista, no ato da subscrição ("Data de Integralização") e em moeda corrente nacional.

- 1.14 *Preço de subscrição.* As Debêntures serão subscritas pelo Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data de Integralização ("Preço de Subscrição").
- 1.15 *Negociação.* A emissão será registrada para negociação no mercado secundário por meio do (i) Sistema Nacional de Debêntures ("SND"), administrado pela Associação Nacional das Instituições de Mercado Financeiro – ANDIMA, sendo a subscrição liquidada pela sendo os negócios liquidados e as Debêntures custodiadas na CETIP; e (ii) do Bovespa Fix ("Bovespa Fix"), administrado pela Bolsa de Valores de São Paulo ("Bovespa"), sendo os negócios liquidados e as Debêntures custodiadas na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia ("CBLC").
- 1.16 *Pagamento do Valor Nominal.* O Valor Nominal de cada Debênture será pago em 6 (seis) parcelas, anuais e sucessivas, a partir do 24º (vigésimo quarto) mês (inclusive) contado da Data de Emissão até a Data de Vencimento, ocorrendo o primeiro pagamento em 1º de junho de 2007 e o último, na Data de Vencimento, sendo as 5 (cinco) primeiras parcelas no valor de R\$16.666,67 (dezesesseis mil, seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos) e a última parcela no valor de R\$16.666,65 (dezesesseis mil, seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e cinco centavos) ("Amortização(ões)").
- 1.17 *Remuneração.* Sobre o saldo do Valor Nominal das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de um percentual, a ser definido de acordo com o disposto no item 1.17.1 abaixo, das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "Extra-Grupo" ("Taxa DI"), expresso ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculado e divulgado diariamente pela CETIP no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Rcmuneração").
 - 1.17.1 *Coletas de intenções de investimento (bookbuilding).* Para definição da Remuneração, será adotado o procedimento de *bookbuilding*, a ser organizado pelos Coordenadores por meio da coleta de intenções de investimento, sem recebimento de reservas, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM n.º 400/03, que será ratificada pelo conselho de administração da Companhia.
 - 1.17.2 *Periodicidade de pagamento da Remuneração.* A Remuneração será devida anualmente a partir da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em



1º de junho de 2006 e, o último, na Data de Vencimento. Farão jus à Remuneração os titulares das Debêntures ao final do 1º (primeiro) dia útil anterior à data de pagamento.

1.17.3 *Não divulgação da Taxa DI.* Se, na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias decorrentes da Escritura de Emissão, não houver divulgação da Taxa DI, será aplicada a última Taxa DI divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras entre a Companhia e os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Em caso de ausência da apuração e/ou divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos da data esperada para a sua divulgação ou, imediatamente, em caso de extinção da Taxa DI ou de impossibilidade de aplicação da Taxa DI por imposição legal ou determinação judicial, aplicar-se-á o disposto no item 1.17.4 abaixo.

1.17.4 *Substituição da Taxa DI.* Em caso de ausência da apuração e/ou divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos da data esperada para a sua divulgação ou, imediatamente, em caso de extinção da Taxa DI ou de impossibilidade de aplicação da Taxa DI por imposição legal ou determinação judicial, o Agente Fiduciário convocará, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis contados da data de ocorrência do evento a que se refere este item, assembleia geral de Debenturistas, para a deliberação, de comum acordo com a Companhia, observada a regulamentação aplicável, do novo parâmetro de remuneração das Debêntures, a ser proposto pela Companhia. Até que esse novo parâmetro seja estabelecido de comum acordo com a Companhia na assembleia geral de Debenturistas a que se refere este item, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas na Escritura de Emissão, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada oficialmente, acrescida do percentual da Taxa DI aplicável, calculada *pro rata temporis*, até a data da deliberação da assembleia geral de Debenturistas. Caso não haja, entre a Companhia e os Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação (ainda que em decorrência da falta de quorum para deliberar sobre a matéria), acordo sobre o novo parâmetro de remuneração, a Companhia obriga-se a adquirir ou resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva assembleia geral de Debenturistas, pelo saldo do Valor Nominal das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, utilizando-se a última Taxa DI divulgada oficialmente. A aquisição ou o resgate a que se refere este item não será acrescido de prêmio de qualquer natureza.

1.18 *Repactuação.* Não haverá repactuação programada.



1.19 *Amortização antecipada obrigatória ou resgate antecipado obrigatório.* A Companhia obriga-se a, no prazo de até 2 (dois) dias contados da data de publicação de aviso aos Debenturistas neste sentido, aviso este que deverá ser publicado no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data do efetivo recebimento, pela Companhia, de quaisquer dos valores a que se referem os incisos I ou II abaixo, promover a amortização antecipada parcial ou, se forem suficientes para tanto, o resgate total do saldo do Valor Nominal de todas as Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, não sendo devido qualquer prêmio de amortização ou resgate, mediante a utilização, única e exclusivamente:

- I. do valor (líquido de quaisquer comissões, tributos e despesas diretamente relacionados ao recebimento de tal valor) efetivamente recebido pela Companhia, pela Vicunha Aços ou pela Vicunha Steel com a alienação, venda, cessão ou qualquer outra forma de transferência, pública ou privada, de forma direta ou indireta, a qualquer título, de qualquer ação de emissão da CSN, incluindo as Ações da CSN Empenhadas, de titularidade da Companhia, da Vicunha Aços ou da Vicunha Steel (e, a fim de evitar dúvidas, esclarece-se que a obrigação a que se refere este item não inclui qualquer venda por qualquer pessoa que seja acionista da Vicunha Steel até a Data da Integral Quitação das Obrigações Existentes, bem como por qualquer dos Acionistas ou por qualquer dos Fiadores Pessoas Físicas), exceto:
 - (a) pela alienação, venda, cessão ou transferência de 1(uma) ação de emissão da CSN de titularidade da Companhia a cada conselheiro da CSN que for indicado pela Companhia; ou
 - (b) pela excussão de ações de emissão da CSN de titularidade da Companhia que forem empenhadas ou oneradas a terceiros até a Data da Integral Quitação das Obrigações Existentes, incluindo ações que forem empenhadas após tal data nos termos do contrato relativo à dívida garantida por tais ações, limitadas, em qualquer caso, à diferença entre a totalidade das ações de emissão da CSN de titularidade da Companhia e as Ações Empenhadas, observado que a excussão a que se refere esta alínea não isenta a Companhia e os Fiadores de observar os demais termos e condições da Escritura de Emissão e dos Contratos de Penhor; e/ou
- II. dos Recursos Extraordinários (conforme definido abaixo) efetivamente recebidos pela Companhia.



- 1.20 *Amortização antecipada facultativa ou resgate antecipado facultativo.* Sem prejuízo do disposto no item 1.19 acima, a Companhia reserva-se o direito de, a qualquer tempo durante os primeiros 24 (vinte e quatro) meses contados da Data de Emissão e desde que publique aviso aos Debenturistas com antecedência mínima de 10 (dez) dias contados da data do respectivo evento, promover (i) a amortização antecipada parcial do saldo do Valor Nominal de todas as Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data da efetiva amortização, não sendo devido qualquer prêmio de amortização; ou (ii) o resgate antecipado de todas as Debêntures em circulação, mediante o pagamento do saldo do Valor Nominal das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo resgate, não sendo devido qualquer prêmio de resgate.
- 1.21 *Aquisição facultativa.* A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação, observado o disposto no artigo 55 da Lei n.º 6.404/76. As Debêntures adquiridas pela Companhia poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Companhia, ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria nos termos deste item, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em circulação.
- 1.22 *Encargos moratórios.* Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer valor devido relativamente a qualquer Obrigação, todos e quaisquer valores em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, e multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial ("Encargos Moratórios").
- 1.23 *Eventos de vencimento antecipado.* Observado o disposto nos itens 1.23.1, 1.23.2, 1.23.3 e 1.23.4 abaixo, o Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as Obrigações, e exigir o imediato pagamento, pela Companhia, do saldo do Valor Nominal das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento (e, ainda, no caso do inciso II abaixo, dos Encargos Moratórios, de acordo com o previsto no item 1.23.2 abaixo), na ocorrência dos seguintes eventos:
- I. (a) pedido de autofalência apresentado pela CSN, pela Companhia, pela Vicunha Aços ou pela Vicunha Steel; (b) decretação de falência



- da CSN, da Companhia, da Vicunha Aços ou da Vicunha Steel; ou
(c) pedido de concordata preventiva, de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial formulado ou iniciado pela CSN, pela Companhia, pela Vicunha Aços ou pela Vicunha Steel;
- II. não pagamento, pela Companhia, de qualquer Amortização, do saldo do Valor Nominal, da Remuneração ou de quaisquer outros valores devidos aos Debenturistas nas datas previstas na Escritura de Emissão, não sanado no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data prevista para tal pagamento;
- III. não cumprimento, pela Companhia ou por quaisquer dos Fiadores, de toda e qualquer obrigação prevista na Escritura de Emissão, além daquelas a que se refere o inciso II acima, ou em quaisquer dos Contratos de Penhor, não sanada em 15 (quinze) dias, contados da data de recebimento de aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário;
- IV. alienação, venda, cessão, transferência, comodato, empréstimo, locação, conferência ao capital, instituição de usufruto ou fideicomisso, constituição de qualquer ônus, gravame ou direito real de garantia (exceto pelos Penhores) ou disposição, de qualquer forma, total ou parcial, direta ou indireta, a título gratuito ou oneroso ("Alienação"), de:
- (a) quaisquer das Ações da CSN Empenhadas, ou quaisquer direitos a estas inerentes, exceto para os fins do disposto no inciso I do item 1.19 acima, que não dependerá de qualquer autorização dos Debenturistas, devendo o Agente Fiduciário, para os fins dessa exceção, autorizar a liberação do Penhor de Ações da CSN sobre as Ações da CSN Empenhadas que forem objeto da Alienação no momento imediatamente subsequente ao do depósito do preço de aquisição das Ações da CSN Empenhadas que forem objeto da Alienação junto à Instituição Depositária;
- (b) quaisquer das Ações da Companhia Empenhadas, ou quaisquer direitos a estas inerentes, exceto (i) se previamente aprovado por Debenturistas titulares de, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação; (ii) em decorrência de dissolução, fusão, cisão ou incorporação envolvendo a Vicunha Aços permitida nos termos dos incisos XII, XIII ou XIV abaixo; ou (iii) se os recursos obtidos forem suficientes para promover o resgate antecipado de todas as Debêntures em circulação, mediante o pagamento do saldo do Valor Nominal das



Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, não sendo devido qualquer prêmio de resgate, e sejam efetivamente utilizados para tanto, devendo o Agente Fiduciário, para os fins da exceção a que se refere este item (iii), autorizar a liberação do Penhor de Ações da Companhia sobre as Ações da Companhia Empenhadas que forem objeto da Alienação no momento imediatamente subsequente ao do depósito do preço de aquisição das Ações da Companhia Empenhadas que forem objeto da Alienação junto à Instituição Depositária;

- (c) quaisquer das Ações da Vicunha Aços Empenhadas, ou quaisquer direitos a estas inerentes, exceto (i) se previamente aprovado por Debenturistas titulares de, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação; (ii) em decorrência de dissolução, fusão, cisão ou incorporação envolvendo a Vicunha Aços ou a Vicunha Steel permitida nos termos dos incisos XII, XIII ou XIV abaixo; ou (iii) se os recursos obtidos forem suficientes para promover o resgate antecipado de todas as Debêntures em circulação, mediante o pagamento do saldo do Valor Nominal das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, não sendo devido qualquer prêmio de resgate, e sejam efetivamente utilizados para tanto, devendo o Agente Fiduciário, para os fins da exceção a que se refere este item (iii), autorizar a liberação do Penhor de Ações da Vicunha Aços sobre as Ações da Vicunha Aços Empenhadas que forem objeto da Alienação no momento imediatamente subsequente ao do depósito do preço de aquisição das Ações da Vicunha Aços Empenhadas que forem objeto da Alienação junto à Instituição Depositária;
- (d) quaisquer das Ações da Vicunha Steel Empenhadas, ou quaisquer direitos a estas inerentes, exceto (i) se previamente aprovado por Debenturistas titulares de, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação; (ii) em decorrência de dissolução, fusão, cisão ou incorporação envolvendo a Vicunha Steel permitida nos termos dos incisos XII, XIII ou XIV abaixo; (iii) se os recursos obtidos forem suficientes para promover o resgate antecipado de todas



as Debêntures em circulação, mediante o pagamento do saldo do Valor Nominal das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, não sendo devido qualquer prêmio de resgate, e sejam efetivamente utilizados para tanto, devendo o Agente Fiduciário, para os fins da exceção a que se refere este item (iii), autorizar a liberação do Penhor de Ações da Vicunha Steel sobre as Ações da Vicunha Steel Empenhadas que forem objeto da Alienação no momento imediatamente subsequente ao do depósito do preço de aquisição das Ações da Vicunha Steel Empenhadas que forem objeto da Alienação junto à Instituição Depositária; (iv) pelas alienações a qualquer título entre ou para as pessoas que sejam acionistas da Vicunha Steel até a Data da Integral Quitação das Obrigações Existentes, os Acionistas ou os Fiadores Pessoas Físicas; ou (v) pelas alienações a qualquer título para sociedades cujo capital social votante e total seja de titularidade de todos ou de quaisquer dos Fiadores Pessoas Físicas e que tenha como único ativo sua respectiva participação na Vicunha Steel (ou sua sucessora);

- V. não atendimento ao Limite das Ações da CSN Empenhadas, ao Limite das Ações da Companhia Empenhadas, ao Limite das Ações da Vicunha Aços Empenhadas ou ao Limite das Ações da Vicunha Steel Empenhadas (conforme definidos nos respectivos Contratos de Penhor), não recomposto nos prazos previstos nos respectivos Contratos de Penhor;
- VI. contratação, pela Companhia, pela Vicunha Aços ou pela Vicunha Steel, de quaisquer empréstimos, dívidas ou obrigações (incluindo fianças, avais ou outras garantias) ou a inscrição da Companhia, da Vicunha Aços ou da Vicunha Steel na dívida ativa em decorrência de tributos devidos, em valor agregado igual ou superior a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) com relação a cada uma, reajustado anualmente, desde a Data de Emissão, pela variação do Índice Geral de Preços – Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGPM"), seja a que título for, exceto pela Escritura de Emissão, pelas Despesas (conforme definido abaixo) e pela garantia a que se refere a alínea (b) do inciso I do item 1.19 acima;
- VII. descumprimento de quaisquer das obrigações decorrentes do item 1.19 acima ou do item 1.24 abaixo;
- VIII. se o limite de despesa financeira líquida consolidada da CSN, incluindo variações monetárias líquidas e excluindo variações



cambiais líquidas, referentes às dívidas financeiras onerosas, apurado com base nas demonstrações financeiras consolidadas da CSN em 31 de dezembro e 30 de junho de cada ano, em qualquer caso com relação aos 12 (doze) meses anteriores ao respectivo balanço, independentemente de seu tratamento contábil, ultrapassar o menor entre:

(a) 40% (quarenta por cento) do EBITDA (lucro antes de juros, imposto de renda, depreciação e amortização);

(b) EBITDA menos (IR + CS + DIV + PIN), onde:

IR = imposto de renda devido pela CSN;

CS = contribuição social devida pela CSN;

DIV = dividendos efetivamente pagos no período necessários ao pagamento da Amortização e da Remuneração; e

PIN = recursos próprios da CSN destinados a investimentos na CSN e a parcela de recursos próprios, adiantamentos para futuros aumentos de capital e outros adiantamentos feitos pela CSN, relacionados a investimentos líquidos no ativo permanente, diretos ou indiretos, realizados por empresas controladas, coligadas, afiliadas e projetos afins, desde que consolidados nos demonstrativos financeiros da CSN e investimentos diretos em empresas não consolidadas;

IX. alienação, pela CSN, de Ativos *Core* (conforme definido abaixo), sem a prévia aprovação dos Debenturistas titulares de, no mínimo, 60% (sessenta por cento) das Debêntures em circulação, ressalvadas as alienações para sociedades das quais a CSN seja e se mantenha controladora e titular de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de seu capital social total ("Empresas Controladas"), ficando os Ativos *Core* que vierem a ser alienados a Empresas Controladas sujeitos às disposições deste item sempre que tais Ativos *Core* forem novamente alienados por tais Empresas Controladas. Entende-se como ativos *core* da CSN aqueles diretamente empregados na produção de placas de aço, bobinas a quente, bobinas a frio, aços galvanizados e folhas-de-flandres, localizados na Usina Presidente Vargas ("Ativos Core");

X. alienação, pela CSN (ressalvadas as alienações para Empresas Controladas, ficando tais Empresas Controladas adquirentes sujeitas às mesmas restrições aqui previstas quanto à posterior alienação), da Mina de Manifesto de Minério de Ferro de Casa de Pedra, (a) sem



prévia contratação, pela CSN (ou pelas Empresas Controladas que utilizem minério de ferro em seu processo produtivo), direta ou indiretamente, de fornecimento de minério de ferro (i) em quantidade suficiente para assegurar a produção de aço da CSN (c/ou da respectiva Empresa Controlada), considerada a capacidade instalada à época e os investimentos contratados pelo prazo remanescente das Debêntures; (ii) por prazo igual ou superior ao prazo remanescente das Debêntures acrescido de 2 (dois) anos; e (iii) a preços e em condições iguais ou melhores aos praticados à época por empresas siderúrgicas brasileiras, considerados a quantidade, o preço FOB usina e o prazo; e (b) sem que os recursos oriundos dessa alienação sejam utilizados, alternativa ou cumulativamente, na redução de dívida líquida consolidada da CSN, no pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio, e/ou no incremento das atividades de siderurgia ou mineração da CSN, sendo certo entretanto que (i) enquanto os recursos líquidos oriundos dessa alienação não forem utilizados de acordo com o previsto nesta alínea (b), tais recursos deverão ser mantidos no caixa da CSN (ou em aplicações financeiras de renda fixa, não alavancadas); e (ii) sempre que qualquer ativo adquirido para fins de incremento das atividades de siderurgia ou mineração nos termos desta alínea (b) for alienado, os recursos provenientes de tal alienação deverão ter a destinação prevista neste inciso. O disposto neste inciso não deve, em qualquer hipótese, ser entendido como um impedimento para que a Mina de Manifesto de Minério de Ferro de Casa de Pedra permaneça hipotecada em favor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES ou venha a ser novamente onerada exclusivamente como garantia relacionada direta ou indiretamente com os projetos de investimento da CSN;

- XI. aprovação, pela assembléia geral dos acionistas, pelo conselho de administração, ou pela diretoria da CSN, das seguintes matérias:
- (a) criação ou emissão de qualquer título ou valor mobiliário com direito a voto ou conversível em ações, incluindo promessas, termos ou opções de compra, venda ou permuta sobre títulos e valores mobiliários de emissão da CSN que resulte, ou cujo exercício possa resultar, em redução da participação da Companhia no capital social votante ou total da CSN;
 - (b) criação ou emissão de ações preferenciais;
 - (c) alteração nas preferências, vantagens e condições das ações ordinárias de emissão da CSN;



- (d) mudança do objeto social da CSN pela qual qualquer acionista da CSN exerce seu direito de retirada;
 - (e) dissolução da CSN, nos termos do artigo 206 da Lei n.º 6.404/76;
 - (f) fusão ou incorporação da CSN ou incorporação, pela CSN, de sociedade que não seja controlada ou coligada da CSN, que resulte em (i) perda, compartilhamento ou restrição do poder de controle da Companhia sobre a(s) empresa(s) resultante(s) da fusão ou incorporação, incluindo, se for o caso, a própria fundida, incorporada ou incorporadora; ou (ii) redução da participação da Companhia no capital social votante ou total da(s) empresa(s) resultante(s) da fusão ou incorporação, incluindo, se for o caso, a própria fundida, incorporada ou incorporadora, a um percentual menor que a participação da Companhia no capital social votante e total da CSN no momento imediatamente anterior à efetivação de qualquer dessas operações; ou (iii) violação ou descumprimento por qualquer das partes da Escritura de Emissão de qualquer Obrigação; e
 - (g) cisão da CSN que resulte em redução da participação da Companhia no capital social votante ou total da(s) empresa(s) resultante(s) da cisão da CSN, incluindo, se for o caso, a própria fundida, a um percentual menor que a participação da Companhia no capital social votante e total da CSN no momento imediatamente anterior à efetivação da cisão, ainda que acima do Limite das Ações da CSN Empenhadas;
- XII. aprovação, pela assembléia geral dos acionistas, pelo conselho de administração, ou pela diretoria da Companhia, das seguintes matérias:
- (a) criação ou emissão de qualquer título, valor mobiliário com ou sem direito a voto ou conversível em ações, incluindo promessas, termos ou opções de compra, venda ou permuta sobre títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia, ressalvadas as emissões de ações não resgatáveis integralmente subscritas e integralizadas pela Vicunha Aços ou pela Vicunha Steel ou pelos Fiadores Pessoas Físicas, desde que tais ações (e os direitos a elas inerentes) permaneçam de titularidade da Vicunha Aços, da Vicunha Steel ou dos Fiadores Pessoas Físicas, observada a exceção prevista na alínea (b) do inciso IV acima;



- (b) alteração nas preferências, vantagens e condições das ações ordinárias de emissão da Companhia;
 - (c) mudança do objeto social da Companhia;
 - (d) dissolução da Companhia, nos termos do artigo 206 da Lei n.º 6.404/76;
 - (e) fusão, incorporação ou cisão da Companhia exceto se (i) previamente aprovado pela maioria de votos dos Debenturistas presentes à respectiva assembléia de Debenturistas; ou (ii) tiver sido assegurado aos Debenturistas que o desejarem, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses contados da data da publicação das atas das assembléias gerais relativas à operação, o resgate das Debêntures de que forem titulares, pelo saldo do Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento;
 - (f) incorporação, pela Companhia, de outra sociedade, exceto pela incorporação, pela Companhia, da Vicunha Steel e/ou da Vicunha Aços; e
 - (g) assinatura, pela Companhia, de acordo, contrato ou instrumento prevendo a perda, compartilhamento, restrição ou transferência do controle da Companhia sobre a CSN;
- XIII. aprovação, pela assembléia geral dos acionistas, pelo conselho de administração ou pela diretoria da Vicunha Aços, das seguintes matérias:
- (a) criação ou emissão de qualquer título, valor mobiliário com ou sem direito a voto ou conversível em ações, incluindo promessas, termos ou opções de compra, venda ou permuta sobre títulos e valores mobiliários de emissão da Vicunha Aços, ressalvadas as emissões de ações não resgatáveis integralmente subscritas e integralizadas pela Vicunha Steel ou pelos Fiadores Pessoas Físicas, desde que tais ações (e os direitos a elas inerentes) permaneçam de titularidade da Vicunha Steel ou dos Fiadores Pessoas Físicas, observadas as exceções previstas na alínea (c) do inciso IV acima;
 - (b) alteração nas preferências, vantagens e condições das ações ordinárias de emissão da Vicunha Aços;
 - (c) mudança do objeto social da Vicunha Aços;



- (d) dissolução da Vicunha Aços, nos termos do artigo 206 da Lei n.º 6.404/76, que resulte em (i) perda, compartilhamento ou restrição do poder de controle da Vicunha Steel ou dos Fiadores Pessoas Físicas sobre a Companhia; (ii) redução da participação da Vicunha Steel ou dos Fiadores Pessoas Físicas no capital social da Companhia abaixo do Limite das Ações da Companhia Empenhadas; ou (iii) violação ou descumprimento por qualquer das partes da Escritura de Emissão de qualquer Obrigação; e
 - (e) cisão, fusão ou incorporação da Vicunha Aços ou incorporação, pela Vicunha Aços, de outra sociedade, que resulte em (i) perda, compartilhamento ou restrição do poder de controle da Vicunha Steel ou dos Fiadores Pessoas Físicas sobre a Vicunha Aços ou de qualquer da(s) empresa(s) resultante(s) da cisão, fusão ou incorporação, incluindo, se for o caso, a própria cindida, fundida, incorporada ou incorporadora; (ii) redução da participação da Vicunha Steel ou dos Fiadores Pessoas Físicas ou de sociedades cujas ações sejam 100% (cem por cento) de titularidade dos Fiadores Pessoas Físicas a menos do que 100% (cem por cento) do capital social de qualquer da(s) empresa(s) resultante(s) da cisão, fusão ou incorporação, incluindo, se for o caso, a própria cindida, fundida, incorporada ou incorporadora; ou (iii) violação ou descumprimento por qualquer das partes da Escritura de Emissão de qualquer Obrigação;
- XIV. aprovação, pela assembléia geral dos acionistas, pelo conselho de administração, ou pela diretoria da Vicunha Steel, das seguintes matérias:
- (a) criação ou emissão de qualquer título, valor mobiliário com ou sem direito a voto ou conversível em ações, incluindo promessas, termos ou opções de compra, venda ou permuta sobre títulos e valores mobiliários de emissão da Vicunha Steel, ressalvadas as emissões de ações não resgatáveis integralmente subscritas e integralizadas por qualquer dos Fiadores Pessoas Físicas, desde que tais ações (e os direitos a elas incidentes) permaneçam de titularidade dos Fiadores Pessoas Físicas, observadas exceções previstas na alínea (d) do inciso IV acima;
 - (b) mudança do objeto social da Vicunha Steel;
 - (c) dissolução da Vicunha Steel, nos termos do artigo 206 da Lei n.º 6.404/76 que resulte em (i) perda, compartilhamento ou restrição do poder de controle dos Fiadores Pessoas Físicas



- sobre a Vicunha Aços; (ii) redução da participação dos Fiadores Pessoas Físicas no capital social da Vicunha Aços abaixo do Limite das Ações da Vicunha Aços Empenhadas; ou (iii) violação ou descumprimento por qualquer das partes da Escritura de Emissão de qualquer Obrigação; e
- (d) cisão, fusão ou incorporação da Vicunha Steel ou incorporação, pela Vicunha Steel, de outra sociedade, que resultar em (i) perda, compartilhamento ou restrição do poder de controle dos Fiadores Pessoas Físicas sobre a Vicunha Steels ou de qualquer da(s) empresa(s) resultante(s) da cisão, fusão ou incorporação, incluindo, se for o caso, a própria cindida, fundida, incorporada ou incorporadora; (ii) redução da participação dos Fiadores Pessoas Físicas ou de sociedades cujas ações sejam 100% (cem por cento) de titularidade dos Fiadores Pessoas Físicas, a menos de 100% (cem por cento) do capital social de qualquer da(s) empresa(s) resultante(s) da cisão, fusão ou incorporação, incluindo, se for o caso, a própria cindida, fundida, incorporada ou incorporadora; ou (iii) violação ou descumprimento por qualquer das partes da Escritura de Emissão de qualquer Obrigação;
- XV. protesto legítimo de títulos contra a CSN, a Companhia, a Vicunha Aços (ou seu(s) sucessor(es)), a Vicunha Steel (ou seu(s) sucessor(es)) ou quaisquer dos Fiadores Pessoas Físicas, cujo valor unitário ou agregado, reajustado anualmente, desde a Data de Emissão, pela variação do IGPM, seja igual ou superior a (a) relativamente à CSN, R\$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais); ou (b) relativamente à Companhia, à Vicunha Aços ou Vicunha Steel, R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) cada uma; ou (c) relativamente a cada um dos Fiadores Pessoas Físicas, R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais), salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela CSN, pela Companhia, pela Vicunha Aços, pela Vicunha Steel ou pelos Fiadores Pessoas Físicas, conforme o caso, ou se for cancelado, ou ainda, se o valor dos títulos protestados for objeto de depósito em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da sua ocorrência; ou
- XVI. vencimento antecipado de qualquer dívida da CSN, da Companhia, da Vicunha Aços (ou seu(s) sucessor(es)), da Vicunha Steel (ou seu(s) sucessor(es)) ou de quaisquer dos Fiadores Pessoas Físicas, cujo valor, unitário ou agregado, reajustado anualmente, desde a Data de Emissão, pela variação do IGPM, seja igual ou superior a (a) relativamente à CSN, R\$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais); ou



(b) relativamente à Companhia, à Vicunha Aços ou Vicunha Steel, R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) cada uma; ou (c) relativamente a cada um dos Fiadores Pessoas Físicas, R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais), ou a constituição em mora da CSN, da Companhia, da Vicunha Aços (ou seu(s) sucessor(es)), da Vicunha Steel (ou seu(s) sucessor(es)) ou de quaisquer dos Fiadores Pessoas Físicas por atraso no pagamento de obrigações de mesmo valor, ou cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das Obrigações.

- 1.23.1 Ocorrendo quaisquer dos eventos previstos nos incisos I a VII do item 1.23 acima, as Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial. Ocorrendo quaisquer dos eventos previstos nos incisos VIII a XVI do item 1.23 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da data da verificação da ocorrência pelo Agente Fiduciário, assembleia de Debenturistas, a realizar-se no prazo mínimo previsto em lei, para, se, na referida assembleia de Debenturistas, assim vier a ser aprovado por Debenturistas titulares de, no mínimo, 60% (sessenta por cento) das Debêntures em circulação, não declarar o vencimento antecipado das Debêntures, sendo que, caso o Agente Fiduciário determine que o evento objeto da convocação da assembleia geral dos Debenturistas foi sanado antes da data da sua realização, poderão os Debenturistas, na referida assembleia de Debenturistas, por decisão dos titulares de, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, deliberar pela não declaração do vencimento antecipado. Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, do prazo a que se refere este item não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda do direito de convocar a assembleia de Debenturistas.
- 1.23.2 Na ocorrência do vencimento antecipado, a Companhia obriga-se a efetuar o pagamento do saldo do Valor Nominal das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento (e, ainda, no caso do inciso II abaixo, dos Encargos Moratórios, de acordo com o previsto no item 1.23.2 abaixo), e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia nos termos da Escritura de Emissão, em até 2 (dois) dias úteis contados de comunicação neste sentido, a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Companhia, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, pelo pagamento dos Encargos Moratórios.
- 1.23.3 Não ocorrendo o pagamento, pela Companhia, a que se refere o item 1.23.2 acima, o Agente Fiduciário procederá à execução extrajudicial do Penhor de Ações da CSN, sem prejuízo de executar simultaneamente a Fiança, e, observado o disposto no item 1.8.1.1 acima, procederá, em qualquer ordem



ou simultaneamente, à excussão extrajudicial do Penhor de Ações da Companhia, do Penhor de Ações da Vicunha Aços e/ou do Penhor de Ações da Vicunha Steel.

1.23.4 Fica desde já certo que qualquer referência à Vicunha Steel e/ou à Vicunha Aços deixará de ser aplicável caso qualquer uma delas deixe de existir em decorrência de dissolução, fusão, cisão ou incorporação permitida nos termos dos incisos XII, XIII ou XIV do item 1.23 acima, em que, como condição suspensiva a tal operação, tenha sido entregue documento firmado pela sucessora ou empresa que tenha recebido os ativos (excluindo a Companhia, a Vicunha Aços, a Vicunha Steel ou os Fiadores Pessoas Físicas, que já estão obrigados nos termos da Escritura de Emissão) por meio do qual tal sucessora ou empresa que tenha recebido os ativos passe a estar imediatamente sujeita às Obrigações na mesma extensão assumida pela Vicunha Steel e/ou pela Vicunha Aços na Escritura de Emissão.

1.24 *Recursos extraordinários decorrentes de dividendos ou juros sobre capital próprio da CSN.* A Companhia obriga-se a utilizar todos os recursos recebidos, líquidos de tributos incidentes sobre o seu recebimento, a título de dividendos e juros sobre o capital próprio distribuídos pela CSN a partir, exclusive, da Data da Integral Quitação das Obrigações Existentes única e exclusivamente para os fins previstos abaixo, na seguinte ordem:

- I. pagamento das prestações anuais das Amortizações, Remuneração e demais encargos previstos na Escritura de Emissão, sendo que caso a Companhia receba, em determinado ano (assim entendido o período de 12 (doze) meses entre 1º de janeiro e 31 de dezembro), recursos decorrentes de pagamentos de dividendos ou juros sobre capital próprio distribuídos pela CSN antes da respectiva data anual de pagamento da Remuneração e/ou Amortização e demais encargos devidos, a Companhia deverá aplicar integralmente, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados de seu recebimento, os recursos assim recebidos, líquidos de tributos incidentes sobre o seu recebimento, no pagamento antecipado da respectiva parcela anual de Remuneração e/ou Amortização e demais encargos devidos nos termos da Escritura de Emissão, não sendo devido qualquer prêmio de amortização;
- II. constituição ou reforço do Caixa (conforme definido abaixo);
- III. pagamento, pela Companhia, dos seguintes valores:
 - (a) dos custos, despesas e encargos incorridos pela Companhia entre cada data de pagamento de Remuneração (exceto pela data de início do primeiro período, que será a partir, exclusive, da Data da Integral Quitação das Obrigações Existentes), desde que comprovados e relacionados com a manutenção das



Obrigações, limitados a até R\$2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais) por ano, reajustados anualmente, desde a Data de Emissão, pela variação do IGPM, incluindo (i) a manutenção do registro da Companhia de companhia aberta; (ii) o registro de eventuais aditamentos à Escritura de Emissão; (iii) a manutenção dos Penhores, incluindo eventuais aditamentos aos respectivos Contratos de Penhor e seus registros ou averbações no(s) competente(s) cartório(s) de registro de títulos e documentos; (iv) a manutenção do registro de negociação das Debêntures junto ao SND e à Bovespa Fix; (v) as publicações relacionadas às Debêntures exigidas por lei, c/ou pela Escritura de Emissão; (vi) a remuneração e as despesas do Agente Fiduciário; (vii) a remuneração e as despesas incorridas pelo banco mandatário e escriturador das Debêntures; e (viii) a remuneração e as despesas incorridas na revisão anual desta emissão de Debêntures por uma agência classificadora de crédito em funcionamento no País, conceituada internacionalmente (em conjunto, "Despesas"), sendo certo entretanto que quaisquer valores que excedam o limite aqui previsto serão de responsabilidade única e exclusiva da Companhia, devendo a Vicunha Aços prover a Companhia de recursos necessários para tanto mediante aumento de capital na Companhia para integralização em dinheiro e à vista; e/ou

- (b) pagamento de tributos devidos pela Companhia cujos fatos geradores tenham ocorrido entre cada data de pagamento de Remuneração (exceto pela data de início do primeiro período, que será a partir da Data de Emissão), desde que (i) relacionados com o cumprimento, pela Companhia, e somente pela Companhia, de suas obrigações previstas na Escritura de Emissão, ou com a titularidade das ações de emissão da CSN; e (ii) em qualquer caso, o pagamento seja, por disposição legal, de responsabilidade da Companhia;

que constarão de demonstrativo a ser preparado pela Companhia até o dia 30 de abril de cada ano e mantido à disposição do Agente Fiduciário juntamente com os respectivos comprovantes de pagamento;

- IV. distribuição de dividendos ou juros sobre capital próprio aos acionistas da Companhia, limitados ao somatório de (a) R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) por ano, acrescido do valor correspondente aos juros, calculados à taxa de 101,5% (cento e um inteiros e cinco décimos por cento) da Taxa DI ao ano, sobre o saldo devedor das



Debêntures; e (b) R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais) por ano, reajustado anualmente, desde a Data de Emissão, pela variação do IGPM; c

- V. para os fins do inciso II do item 1.19 acima, sendo os recursos remanescentes após os pagamentos a que se referem os incisos I a IV acima denominados "Recursos Extraordinários".

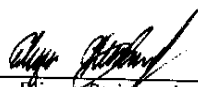
1.24.1 Para o fim único e exclusivo de efetuar pagamento das Despesas, independentemente do disposto no inciso III do item 1.24 acima, e desde que a Companhia esteja em dia no cumprimento das Obrigações, é facultado à Companhia manter disponível em seu caixa (ou investidos em aplicações financeiras de renda fixa, não alavancadas) o valor equivalente a até R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), reajustado anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação do IGPM, desde que existam Despesas incorridas ou a serem incorridas pela Companhia no ano que justifiquem a manutenção de tal disponibilidade ("Caixa"). Ao final de cada ano, a Companhia deverá prestar contas ao Agente Fiduciário das Despesas pagas durante o respectivo ano.



2. Delegar ao conselho de administração da Companhia competência para:
- (i) deliberar ou alterar as matérias de que trata a segunda parte do parágrafo 1º do artigo 59 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976; e
 - (ii) se assim decidir, cancelar as Debêntures que forem adquiridas pela própria Companhia, mediante declaração do Agente Fiduciário de que as Debêntures a serem canceladas encontram-se na tesouraria da Companhia.
3. Autorizar a Companhia a celebrar e assumir todas as demais obrigações atribuídas à Companhia na Escritura de Emissão, nos Contratos de Penhor, no contrato de distribuição das Debêntures e em qualquer outro documento que venha a ser necessário ao cumprimento das deliberações anteriores.
4. Autorizar a diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários ao cumprimento das deliberações ora adotadas, podendo, inclusive,
- (i) providenciar o registro da emissão das Debêntures perante a CVM;
 - (ii) negociar cláusulas da Escritura de Emissão que não estejam aqui definidas, tais como obrigações; e (iii) contratar (a) as instituições financeiras para intermediar a distribuição das Debêntures; (b) o Agente Fiduciário, (c) a Instituição Depositária; e (d) quaisquer outros serviços necessários à distribuição pública das Debêntures.



ENCERRAMENTO: nada mais havendo a tratar, foi lavrada e lida a presente ata que, achada conforme, vai assinada pelos presentes.

A presente é cópia fiel da ata da assembléia geral extraordinária de Vicunha Siderurgia S.A., realizada em 20 de maio de 2005, lavrada em livro próprio. (a.a.) Vicunha Aços S.A., Jacks Rabinovich, Eliezer Steinbruch, Jacyr Pasternak, Benjamin Steinbruch, Ricardo Steinbruch e Eduardo Rabinovich.


Eliezer Steinbruch
Secretário

	
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	
Nome : VICUNHA SIDERURGIA S/A	
Nire : 33.3.0027072-8	
Protocolo : 00-2005/074003-2 - 01/06/2005	
CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM E DATA ABAIXO.	07/06/2005. E O REGISTRO SOB O NÚMERO
00001525818 DATA : 07/06/2005	 Valéria M. Sarra SECRETARIA GERAL